BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras
n.01, dezembro de 2011

O ENSINO DA LÍNGUA INGLESA NO BRASIL

Eliana Santos de Souza e Santos[1]

1. Um breve histórico

O ensino de língua inglesa como disciplina obrigatória no currículo escolar brasileiro teve início em 1809. Dom João VI decretara a implantação do ensino de duas línguas estrangeiras, a inglesa e a francesa, escolhidas estrategicamente, visando às relações comerciais que Portugal mantinha com a Inglaterra e a França. Assim sendo, a função do ensino era, como bem concluem Santos e Oliveira apud Lima (2009), *"capacitar os estudantes a se comunicarem oralmente e por escrito."* Para tanto os professores aplicavam o Método Clássico ou Gramática-tradução, que era o único método de ensino de línguas estrangeiras de que se conhecia na época.

Com base nessas informações é possível afirmar que a inadequação entre o ensino de língua inglesa oficialmente oferecido no Brasil e as necessidades dos aprendizes vem se observando desde a sua implantação.

Desde o século XIX o sistema educacional brasileiro vem sendo submetido a sucessivas reformas nas quais o ensino de língua inglesa tem sido ora negligenciado, ora tratado indevidamente, chegando a ser, até mesmo excluído da grade curricular obrigatória pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) promulgadas em 1961 e 1971.

Atualmente, o ensino de língua inglesa no Brasil é oferecido em contextos diversos: universidades, faculdades, escolas públicas e particulares de ensino fundamental e médio, escolas de idiomas e internet.

2 Políticas, o panorama nacional, dilemas

De acordo com a LDB (1996) o ensino fundamental e o médio (nos quais o ensino de língua estrangeira é compulsório) são componentes da educação básica, que, por sua

1 Professora do Curso de Letras, Língua Inglesa e Literaturas do Departamento de Educação (DEDC II) da Universidade do Estado da Bahia, campus da cidade de Alagoinhas.

vez, de acordo com a Constituição vigente (art. 205), é um direito de todos os cidadãos, sendo sua oferta um dever do estado.

No final da década de 1990, as autoridades educacionais afirmaram nos PCN do ensino fundamental que "*o foco na leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes."*

A argumentação inclui o seguinte*:* "*somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país."* e *" as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido a giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas."* (BRASIL, 1998, p. 18)

Já nos PCN do ensino médio, as autoridades sugerem que o ensino de línguas estrangeiras deva se concentrar no desenvolvimento integral da competência comunicativa, uma vez que afirmam que " *(...) o estudante precisa possuir um bom domínio da competência gramatical, sociolinguística, da competência discursiva e da competência estratégica. Esses constituem, ao nosso entender, os propósitos maiores do ensino de Línguas Estrangeiras no Ensino Médio.*" (BRASIL, 1998, p.30)

Confrontando-se os dois textos, tem-se a impressão de que tratam do ensino de línguas estrangeiras em dois países distintos. Um com condições para viabilizar um ensino comunicativo de línguas estrangeiras, no qual a competência comunicativa é relevante, e outro exatamente o oposto.

Mais de dez anos depois da apresentação dos PCN à sociedade, a grande maioria dos alunos ainda não teve a oportunidade de participar de cursos de leitura nos quais eles pudessem ter acesso a, por exemplo: treinamento estratégico, ensino planejado de vocabulário, instruções sobre como explorar um dicionário bilíngüe, textos que contribuam para seu conhecimento enciclopédico e enriquecimento cultural, nem a um ensino que favorecesse o desenvolvimento da competência comunicativa.

Também nos PCN se reconhece que uma das funções do ensino médio é o compromisso com a educação para o trabalho, e que a língua inglesa é de grande importância na vida profissional das pessoas. Constata-se, pois, que é *"imprescindível*

incorporar as necessidades da realidade ao currículo escolar de forma que os alunos tenham acesso, no Ensino Médio, àqueles conhecimentos que serão exigidos no mercado de trabalho." (BRASIL,1999, p. 149).

Entretanto, desde que esse documento foi apresentado à sociedade não se tem notícia de ações concretas para suprir a carência pelo ensino de inglês para propósitos ocupacionais em instituições públicas de ensino, e o domínio da língua inglesa para uso em contextos profissionais específicos, uma importante ferramenta da empregabilidade, continua sendo um privilégio de poucos.

Elementos complicadores do desenvolvimento das quatro habilidades comunicativas do estudante, segundo Santos e Oliveira apud Lima (2009): turmas numerosas, a falta de recursos físicos adequados e a escassez de professores proficientes na língua alvo com formação adequada, provocam frustrações, ansiedade e questionamentos no corpo docente. Sentimento, esse, experimentado também pelos alunos, seus pais e pela sociedade como um todo.

Em grande parte das escolas particulares de ensino fundamental e médio, o ensino de língua inglesa tem ficado restrito à explicação de regras gramaticais, a exploração de textos curtos não complexos e ao treinamento intensivo para resolução de questões de múltipla escolha, que no máximo, permitem resultados medianos nos processos seletivos de acesso ao ensino superior.

A proposta nas escolas públicas parece ser a mesma, mas na prática, os resultados são ainda mais modestos. Pesquisas revelam que o ensino da língua inglesa na maioria das escolas públicas está limitado à apresentação das regras gramaticais mais básicas, exemplificadas com frases curtas e descontextualizadas, treinadas em exercícios escritos de repetição e de substituição típicos do audioligualismo.

Em 2002, professores de inglês, autoridades educacionais e representantes de associações brasileiras de professores de inglês reunidas no II Encontro Nacional sobre Políticas de Línguas Estrangeiras no Rio Grande do Sul, consideraram que as escolas brasileiras não têm sido capazes de garantir a aprendizagem de línguas, e que esta aprendizagem é desfrutada somente por pessoas que podem pagar um curso particular de idioma, contrariando o que determina a constituição brasileira em vigor.

As escolas de idiomas são, por sua vez, as que parecem estar melhor aparelhadas para oferecer um ensino mais eficaz. Contudo, as práticas de muitas delas também têm

sido alvo de críticas. Uma das mais importantes refere-se ao fato de muitas delas não aproveitarem as oportunidades que o ensino de línguas estrangeiras oferece para promover a apreciação e o respeito pelas diferenças. Outra é o fato de serem pouco criteriosas na escolha do material didático, adotando livros onde constam situações que reforçam os preconceitos e estereótipos os quais o ensino de línguas estrangeiras poderia ajudar a combater. Apenas uma minoria dessas escolas constitui-se em exceção.

3 Perspectivas e desafios:

Embora a pesquisa em linguística aplicada, linguística aplicada crítica e as abordagens, procedimentos e técnicas de ensino de línguas estrangeiras tenham se desenvolvido consideravelmente nas últimas décadas, as escolas brasileiras de um modo geral, ainda não estão usufruindo completamente desses avanços na prática. O ensino de língua inglesa, como ele se configura atualmente, representa, portanto, uma parte da crise que a educação brasileira como um todo vem enfrentando

Embora nos PCN seja afirmado que as línguas estrangeiras são consideradas tão importantes quanto qualquer outra disciplina do currículo, na prática elas tem sido menosprezadas e deixadas pra trás. Na tentativa de explicar esta inadequação, quase todo mundo procurar alguém ou algo para responsabilizar ou culpar, e durante as duas últimas décadas, o número de alunos por turma tem sido apontado como um dos principais vilões.

Embora o ideal seja transformar as turmas grandes em turmas pequenas, isto simplesmente não tem previsão de acontecer num futuro próximo devido à realidade econômica que influencia a maioria das decisões em nosso sistema educacional.

Como as turmas numerosas continuarão a fazer parte do quadro educacional nas escolas brasileiras, a alternativa é investir em tentativas sérias de lidar com a situação, começando por uma compreensão mais ampla da questão e a busca por soluções viáveis.

Pesquisas revelam que o tamanho da turma tem uma influência mais forte no comportamento do estudante do que no desempenho (Kikbuch, 2000). Assim, melhorias na qualidade de ensino exigirão repensar o gerenciamento da turma, o planejamento, as abordagens, procedimentos e técnicas, e buscar alternativas viáveis.

Mister, também, investir em materiais didáticos, na formação dos futures professores e em educação contínua, uma vez que as medidas sugeridas nos PCN exigem muitos outros recursos, além dos livros geralmente encontrados nas salas de aula, e um alto nível de conhecimento, proficiência na língua alvo, iniciativa e criatividade por parte do professor.

Recentemente tem-se refletido muito sobre a preparação que os professores em formação têm recebido em seus cursos de licenciatura. Constata-se, entre outras coisas que a universidade não tem conseguido formar professores de língua inglesa tão preparados quanto o exercício da docência exige (Moita Lopes, 1996; Santos e Oliveira apud Lima, 2009), e que muitos que nem ao menos dominam o idioma são diplomados mesmo assim. Uma das supostas soluções que vem sendo apontadas é a inclusão de testes de aptidão ou de proficiência no processo seletivo de acesso ao ensino superior nos cursos de licenciatura em letras, (Santos e Oliveira apud Lima, 2009) o que parece não ser o mais adequado. Uma medida como essa poderia limitar o acesso às vagas desses cursos aos candidatos que tiveram recursos financeiros para investir em cursos particulares de idiomas. Uma alternativa menos elitista poderia ser a implantação de uma avaliação abrangente ao final do curso, com, inclusive, teste de proficiência. Essa medida talvez seja capaz de contribuir de forma mais significativa para os departamentos de letras e seus alunos reafirmarem todos os dias o compromisso que têm com a educação, e juntos irem construindo as soluções para seus problemas.

Tornar o ensino da língua inglesa no Brasil mais eficaz exige que todos os interessados nessa perspectiva: alunos, professores, autoridades e a sociedade como um todo, se unam e se empenhem, já que, como bem conclui Freire (1997, 84), " (...) A educação autêntica repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B mas de A com B".

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. S. R. ; AISSA, J. C. **Uma tentativa de desmistificar a não-aprendizagem de Inglês em escolas públicas**. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1944-8.pdf >. Acesso em 12 fev 2010.

BRASIL, Ministér da Educação , Secretaria da Educação Média tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental/ Ministério da Educação**. Secretaria da Educação Média tecnológica - Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Lei de Diretrizes e Bases**. In: __ , __ , __ . Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio Brasileiro. Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Artigos 205 e 206. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.

BRITO, R. M, SCHIMITZ, J. R. Ensino-aprendizagem das quatro habilidades linguísticas na escola pública: uma meta alcançada? In: LIMA, D,C (ORG) **Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: Conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.p.13-20.

CARTA de Pelotas. **Documento síntese do II encontro nacional sobre política de ensino em línguas estrangeiras**. Pelotas, RS, p. 1 Setembro 2002.

CELLANI, A. Não há uma receita no ensino de Língua Estrangeira. **Revista Escola**. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-estrangeira/fundamentos/nao-ha-receita-ensino-lingua-estrangeira-450870.shtml> Acesso em 15 jan 2010.

COX, M. I. P. ; ASSIS- PERTERSON, A. A. *Critical Pedagogy in ELT:* **Images of Brazilian Teachers of English**. TESOL quarterly. Vol 33, n.3, 1999, p.433-45

FREIRE, P. **Pedagogia da Atonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997, p.84.
KICKBUSH, K. **Class sizes**. 2000, diponível em <http://www.weac.org/Issues_Advocacy/Resource_Pages_On_Issues_One/Class_Size/great_schools_reduced_class_size.aspx>. Acesso em 20 jan 2010.

MOITA LOPES, L. P. **Oficina de Linguística Aplicada: A natureza social e educacional dos processos de ensino/ aprendizagem de línguas**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

NAVES, R. R. ;VIGNA DEL, D. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino de Inglês no Brasil. **Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília**. Disponível em < http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/view/29/20>. Acesso em 15 jan 2010.

POLATO, A.; MENEGEÇO, B. Ensino de Língua Estrangeira vai além da gramática. **Revista Escola**. Disponível em < http://revistaescola.abril.com.br/lingua-estrangeira/fundamentos/alem-gramatica-426788.shtml >Acesso em 12 jan 2010.

SANTOS, E. S. S. The teaching of EFL in Large classes: strategies to overcome the obstacles **[Monografia]** Universidade Estadual de Feira de Santana. 2003. 38 p.

SANTOS, J. A. ; OLIVEIRA, L. A. Ensino de Língua Estrangeira para jovens e adultos na escola pública. In: LIMA, D. C. **Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: Conversas com Especialistas São Paulo**: Parábola Editorial, 2009.p.21-30.

SILVA, A. B, OLIVEIRA; A. P. Abordagem alternativas no ensino de inglês. In: LIMA, D.C. (Org.) **Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa: Conversa com especialistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p141-149.

WESTPHALEN, R. **200 anos de Ensino de Inglês no Brasil II: Sucesso ou retrocesso?** Disponível em <http://www.correiodolitoral.com/index.php?option=com_content&view=article&id=218:200-anos-de-ensino-de-ingles-no-brasil-ii&catid=51:colunistas&Itemid=59>. Acesso em 02 fev 2010.